

COMISSÃO DE DES. ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

REQUERIMENTO Nº /2022

(Do Sr. Alexis Fonteyne)

Em aditamento ao requerimento nº 40/2022, requer a inclusão de convidados para a Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços a fim de discutir sobre o acesso de terceiro interessado a dutos de transporte e terminais aquaviários, constantes no Projeto de Lei 2316, de 2022.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta comissão, incluir o seguinte participante para o enriquecimento do debate sobre as implicações das alterações nas Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre o acesso de terceiro interessado a dutos de transporte e terminais aquaviários, constantes no Projeto de Lei 2316, de 2022. Assim, indicamos a seguinte convidada:

- **Valéria Amoroso Lima** – Diretora Executiva de Downstream do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás – IBP.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 2316/2022 tem como objetivo alterar a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre o acesso de terceiro interessado a dutos de transporte e terminais aquaviários.

A proposta deve ser melhor discutida entre os atores envolvidos pois, ao não fazer distinção entre as infraestruturas de rede (dutos) e as que são mais facilmente replicáveis (terminais aquaviários) não alcançará os objetivos de “criar melhores condições de concorrência no mercado de combustíveis, nem propiciar condições para a redução de preços ao consumidor final”. De fato, ela vai na contramão de outras iniciativas de atração de investimento, fomento à liberdade econômica, além de comprometer a continuidade do processo de alienação dos ativos de refino e logística no país.



A almejada competitividade no setor depende da disponibilidade de infraestrutura - atualmente deficitária e carente de investimentos no país - de forma a permitir diferentes arranjos logísticos e alternativas de suprimento. A simples entrada de novos agentes competindo pela mesma infraestrutura deficitária implicará em aumento da demanda por estes ativos escassos, levando ao aumento dos custos de movimentação e até mesmo comprometer o abastecimento nacional.

Níveis adicionais de investimentos devem ser realizados para fomentar uma logística de competição. Ao focar demasiadamente na otimização de uso dos ativos existentes, por meio de medidas intervencionistas, o Projeto de Lei ignora a necessidade de ampliação da infraestrutura e que alteram o atual modelo de negócios para a expansão de áreas portuárias, desenvolvido com bastante sucesso. A redação original do projeto aumentará os custos de transação, com reflexos nos preços dos combustíveis, sem que tenham sido demonstrados benefícios correspondentes ou fatos concretos que justifiquem medidas desta magnitude.

Prima-se pela defesa da promoção de um ambiente de negócios, com multiplicidade de agentes e arranjos societários, em um contexto de segurança jurídica e regulatória, com preservação dos contratos assinados, de forma a incentivar e proteger a realização de novos investimentos, e alcançar os almejados benefícios em termos de preço, qualidade e oferta de produtos no país. Sugerimos aprofundar o debate, inclusive com a participação sociedade, visando observar fatores de ordem técnica, física, econômica e operacional que devem ser levados em conta ao se classificar uma infraestrutura como essencial, visando previsibilidade e segurança jurídica para fomentar investimentos estruturantes no setor.

Neste sentido, o Projeto de Lei 2316, de 2022, de autoria do Executivo, é uma oportunidade de se discutir possibilidades de aperfeiçoamento para o setor. Contamos, pois, com o apoio dos pares para aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2022.

Deputado Alexis Fonteyne

NOVO-SP

